



Anais da Assembléia

Nº 165

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE JANEIRO DE 1991

ANO XVII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 04.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Anibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, David Cheriegate, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Felinto, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Rafael Greca e Valderi Mendes Vilela (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO -(Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados da aprovação da ata.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados da aprovação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, retiro o meu requerimento de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Solicito do Sr. Rubens Bueno se quer a chamada nominal.

O SR. RUBENS BUENO - Sim, Sr. Presidente.

(É procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados)

28 Srs. Deputados responderam a chamada,

Em votação a ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a solicitação do Poder Executivo na retirada do Projeto nº 231/90, aliás da Mensagem nº 231/90, trata do que?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Diz respeito ao escalonamento vertical da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, a situação da votação deste projeto na Ordem do Dia porque não está na Ordem do Dia de hoje. Já passou em 1.^a, 2.^a...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em fase de 3.^a discussão.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu requeiro a Vossa Excelência o devido cuidado, tendo em vista que já passou em 1.^a discussão, em 2.^a discussão e, portanto, nós já estamos encaminhando já para finalmente votar esse projeto importante

para as carreiras da Polícia Militar do Paraná.

E há pouco, eu trocava umas palavras com o Deputado Raul Lopes que, conhecedor do assunto, sabe que esse projeto poderá trazer aí alguns benefícios à tão sofrida classe dos policiais militares. Por isso, eu requeiro a Vossa Excelência que denegue esse pedido, tendo em vista esse projeto já estar em 3.^a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem sido tradição nesta Casa de devolução das matérias oriundas do Poder Executivo quando este solicita. É bem verdade que a matéria, após a 1.^a discussão, já não pertence mais ao autor, mas sim a esta Assembléia. Mas como é tradição desta Casa, eu deferi a devolução do Requerimento e mantenho a decisão.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, tendo em vista exatamente o que Vossa Excelência acaba de colocar em virtude do alcance imediato que esse projeto vai ter dentro do funcionalismo estadual em especial a Polícia Militar, recorro da decisão de Vossa Excelência e peço ao Plenário que decida exatamente sobre a devolução desse projeto.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu estou requerendo um esclarecimento da Mesa tendo em vista que nós aprovamos aqui a concessão dos reajustes aos servidores públicos do nosso Estado. Já foi aprovado o do Poder Executivo, estamos votando os reajustes dos servidores do Tribunal de Justiça, da Procuradoria, bem como do Tribunal de Contas.

Eu indago a Vossa Excelência se a Mesa Executiva cumprirá a determinação aprovada por este Parlamento de, através de Decreto Legislativo, conceder a isonomia aos servidores do Poder Legislativo. Então, é isso que eu indago a Vossa Excelência: se há uma decisão da Mesa já ou qual o procedimento que será tomado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa aguarda tão somente a aprovação das matérias do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e da Procuradoria da Justiça para baixar Decreto Legislativo, cuja autorização o Plenário me deu nas mesmas condições que dos outros Poderes.

O SR. PEDRO TONELLI - O PT agradece.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Rubens Bueno recorre da decisão da Mesa para o Plenário...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu acredito que não cabe

recurso da decisão da Mesa em razão de ser um requerimento de retirada para alterações de uma Mensagem do autor, que é o próprio Executivo. É uma decisão da Mesa, da Presidência de proceder à retirada do projeto que não está na Ordem do Dia de hoje. Esse projeto está relacionado entre os projetos a serem votados no período extraordinário, mas não consta da Ordem do Dia de hoje. Parece-me que não caberia... nós não estamos neste instante nesta Casa votando a matéria. Vossa Excelência está comunicando a solicitação de retirada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa mantém a decisão...

O SR. ERONDY SILVEIRO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu acho que cabe inteira razão ao nobre Deputado Rubens Bueno, sem querer divergir da decisão de Vossa Excelência que tem sido corretíssima no exercício da Presidência desta Casa, mas eu acho que uma matéria votada em 1.^a e 2.^a discussão não pertence mais, como Vossa Excelência reconhece, ao Poder Executivo.

Ora, se nós estamos numa fase de 2.^a discussão para 3.^a e se as alegações do Sr. Líder do Governo são sinceras, são efetivas, nada impede que o Sr. Líder do Governo apresente o Substitutivo Geral à matéria em 3.^a discussão.

Agora é uma reivindicação antiga da Polícia Militar do Estado essa isonomia na classificação vertical, essa isonomia com a Polícia Civil do Estado, os policiais militares estão esperando há longos meses essa decisão do Governo. Eu louvei, na oportunidade, quando o governador Álvaro Dias encaminhou mensagem a esta Casa. Assumi compromisso de votá-la integralmente. Tenho apoiado o Governo em todas as decisões, mas nesta eu votarei contra a decisão da Mesa, porque eu acho que se o Governo quer introduzir modificações para beneficiar, para melhorar a redação da Mensagem governamental, ele poderá fazê-lo através da sua liderança nesta Casa, repito, com Substitutivo Geral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A matéria vai ser apreciada pelo Plenário. Os senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa de devolver a Mensagem governamental, conservem-se como estão.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, qual é a decisão da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A decisão da Mesa é de devolver ao Governador.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, pela ordem. Está existindo uma dúvida. O Senhor está observando aqui no Plenário que há muita confusão quanto a essa abreviação para votação. Nós estamos querendo, inclusive, que essa Mensagem fique aqui para nós apreciarmos e discutirmos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa de devolver a Mensagem conforme solicitação do Governador, queiram conservar-se como estão.

Quatro, cinco, seis.

Os que aprovam, levantem-se por favor.

Vinte e sete. A matéria vai ser devolvida ao senhor Governador.

O Senhor 1º Secretário continuará com a leitura do expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - Continua a leitura do expediente.

Ofícios:

Sob o nº DTL/22/91, do Senhor Governador do Estado, comunicamos haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 171/90, por razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/23/91, do Senhor Governador do Estado, com que restitui a esta Casa, o Projeto de Lei nº 579/90. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº DTL/SAT/26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

260/90: Do PODER EXECUTIVO, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 281, da Lei Complementar nº 14/82, o qual convertido em Lei Complementar nº 054. Anote-se - Arquivo-se.

385/90: do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a transferir à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER-PR., os imóveis que especifica, a título de aumento de capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.516. Anote-se - Arquivo-se.

581/90: do Deputado José Rogério Carvalho, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Datiloscopistas do Estado do Paraná - ADEP", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.517. Anote-se - Arquivo-se.

454/90: do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a firmar com o mu-

nicipio de Rio Negro, Termo de Cessão de uso do imóvel que especifica, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.518. Anote-se - Arquivo-se.

590/90: do Deputado José Rogério Carvalho, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco, com sede e foro no município de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.519. Anote-se - Arquivo-se.

526/90: do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Toledo o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.520. Anote-se - Arquivo-se.

292/90: do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a ceder à "Fundação Universidade de Maringá", as salas que especifica, do Bloco I do Colégio Estadual "Iglêia Grolimann" do município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.521. Anote-se - Arquivo-se.

506/90: do Deputado João Arruda, que reconhece de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" - mantenedora da Escola Especializada "Mundo Feliz", o qual convertido em lei tomou o nº 9522. Anote-se - Arquivo-se.

054/90: do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a ceder à União Federal, através do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, o imóvel que especifica, localizado no município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 9523. Anote-se - Arquivo-se.

608/90: do PODER EXECUTIVO, que fixa a gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, em 150% sobre o vencimento básico dos servidores em exercício no Departamento Penitenciário do Estado, da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9524. Anote-se - Arquivo-se.

563/90: do PODER EXECUTIVO, que dispõe que aos integrantes da Carreira Especial de Advogados do Estado do Paraná, criada pela Lei nº 9.422/90, aplicam-se, no que couber, os direitos, deveres e vedações atribuídos às carreiras a que se refere o art. 135, da Constituição Federal, o qual convertido em lei tomou o nº 9525. Anote-se - Arquivo-se.

194/90: do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Castro o imóvel que especifica, o qual

convertido em Lei tomou o n° 9.526. Anote-se - Arquite-se.

475/90: do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a firmar com o município de Maringá, Termo de Cessão de Uso da área que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.527. Anote-se - Arquite-se.

203/90: do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Campo Mourão área de terras que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.528. Anote-se - Arquite-se.

496/90: do PODER EXECUTIVO, que dispõe que a Coordenadoria de Pesquisa e Ensino Artístico - CEA, da SEEC, passa a denominar-se Coordenadoria de Pesquisa e Documentação - CPD e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9529. Anote-se - Arquite-se.

594/90: do Deputado Eduardo Baggio, que altera a redação do art. 1° da Lei n° 9318/90, que dispõe sobre a criação do município de São José do Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o n° 9530. Anote-se - Arquite-se.

Sob o n° DTL/24/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 040/90, pelos motivos expostos. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/25/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei Complementar n° 461/90, pelos motivos expostos. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/42/91, do Senhor Governador do Estado comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 605/90, pelos motivos expostos. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/43/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 539/90, pelos motivos expostos. A Comissão de Constituição e Justiça.

OF/DTL/N° 46/91

Curitiba, 08 de janeiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar-lhe bons ofícios no sentido de que seja devolvida a Mensagem n° 231/90, de 14 de dezembro de 1990, que tem por objetivo alterar a Tabela de Escalonamento Vertical de que trata o art.

107 da Lei n° 6417, de 03 de julho de 1973, tendo em vista a necessidade de serem procedidas algumas correções no referido anteprojeto.

Sem mais para o momento reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
DO ESTADO

Gab. N° 0668

Curitiba, 27.08.90.

Senhor Presidente.

Tendo em vista a tramitação nessa Augusta Casa de Leis, do Projeto n° 448/90, de iniciativa do Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, respectivamente venho perante Vossa Excelência apresentar considerações que entendo relevantes no sentido de preservar a constitucionalidade do prefalado Projeto.

Para tanto, Senhor Presidente, impõe-se a rejeição total do Capítulo VIII, do Título II, bem como de outros dispositivos correlatos do referido Projeto, conforme adiante aduzirei.

Tal se deve porque, indevidamente, se está a pretender atribuir à Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, princípios, características e atribuições dispostas pela Lei Fundamental que são exclusivas e privativas à Instituição do Ministério Público.

Com efeito, pois em todo o Capítulo, VIII, Seção II, Título II, que, sob aquela roupagem Procuradoria do Estado - encontra-se configurada, em detalhes, a Instituição do Ministério Público, representando tal iniciativa inadmissível apropriação de seus apanágios.

Assim, no Capítulo VIII (do Título II) dispõe o artigo 38 que à mencionada Procuradoria "se aplicam os princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional".

Ora, sendo, o teor do artigo 11, do Projeto, órgão integrante do Tribunal de Contas, é no mínimo excessiva a pretensão de denominá-la como "instituição", visto ter a Carta da República, neste campo, expressa e taxativamente indicado quais as entidades passíveis de serem assim nominadas.

O mesmo se diga quanto as características da unidade, indivisibilidade e da independência funcional que, pelo artigo 127, § 1°, do Estatuto Maior, são prerrogativas apenas do Ministério Público.

Estendê-las a outros órgãos sem tal previsão é chocar-se com o espírito que informou a elaboração do dispositivo constitucional.

Mas não só: há, nisso, evidente ilogismo. Pois se tal Procuradoria é "do Estado junto ao Tribunal de Contas", são os interesses dessa entidade que estarão a defender.

Onde, então, a independência funcional?

A seguir, no mesmo artigo 38, parágrafo 2º, letra "a", tenciona-se outorgar ao órgão sob enfoque a promoção "da ordem jurídica, requerendo, perante o Tribunal de Contas do Estado, as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário". A invasão em seara exclusiva do Ministério Público, aqui, é por demais evidente.

O artigo 127, "caput", da Constituição da República, é claro, pois estabelece ser ele "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O confronto do que estabelece o projeto com a regra constitucional não deixa margem a dúvidas quanto a haver um apossamento de funções já cometidas ao Parquet. E isto, saberá bem o legislador paranaense distinguir.

Mais grave ainda é a regra contida no artigo 40 do projeto em tela, pois ali está que "aos membros da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições constantes da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná, pertinentes a direitos, garantias, prerrogativas, vedações, regime disciplinar e forma de investidura.

Por esta via objetiva-se, de modo indireto, ampliar o próprio texto constitucional aos funcionários públicos que integram a Procuradoria em apreço, em frontal dessintonia com o contido na Lei Maior.

Sim, pois se as funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira (artigo 129 parágrafo 2º CF), por absoluta imposição lógica aqueles direitos, garantias, prerrogativas, vedações, regime disciplinar e forma de investidura só a eles poderão ser aplicados, sob pena de desvirtuar-se o sentido das normas constitucionais.

Decorrência do que precede é restar inadmissível a permanência no Projeto da previsão contida no seu artigo 18, na parte onde se dispõe que "os Conselheiros do Tribunal de Contas não escolhidos (I) dois sétimos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, alternadamente dentre auditores e membros da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal", por ferir o contido no artigo 77, parágrafo 2º, da Constituição Paranaense.

Isto se dá por prever a Carta a alter-

nância entre "auditores e membros do Ministério Público"; ora, não sendo os integrantes daquela Procuradoria membros da Instituição Ministerial, por via de consequência queda parcialmente inválido o texto do projeto.

Estas são, em síntese, Senhor Deputado, as considerações que me pareceram oportunas levar à sua apreciação, às quais anexo também justificativa onde estão contidos à minudência os demais fundamentos constitucionais atinentes à matéria em análise.

E-me grato, na oportunidade, renovar-lhe minhas expressões de alta estima e profunda admiração.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARÃES
Procurador-Geral de Justiça

DA INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS E FUNÇÕES EXCLUSIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROPOSTA DE LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (Proj. Lei n° 448/90).

JUSTIFICATIVA:

Senhores Deputados.

1. No exercício da função constituinte, Vossas Excelências visualizaram, de forma correta, o Ministério Público. Entenderam a estrutura, as atribuições e a finalidade de nossa Instituição e a ela deram o adequado tratamento constitucional, na seção I, capítulo IV, do Título III, da Constituição do Estado do Paraná, ao configurá-la entre as Funções Essenciais à Justiça, cuidando de sua posição especial, nesse título que, de forma ampla, trata da Organização dos Poderes.

Mas, não só nessa parte específica, pois Vossas Excelências documentaram, na lei estrutural e de distribuição de funções políticas de nosso Estado, esse claro entendimento também no que concerne ao processo legislativo para a criação de normas referentes à Instituição Ministerial, entregando ao Procurador-Geral de Justiça, a iniciativa de suas leis.

Sendo na soberania nacional que o Ministério Público, como instituição permanente e essencial à função jurisdicional, se abebera para haurir suas forças, no sentido bem defender os direitos sociais e individuais indisponíveis, a ordem jurídica e o próprio regime democrático (art. 127, da Constituição Federal), tidos seus membros como agentes políticos (aliás, entendimento da maioria dos nossos publicistas, como é o caso de Hely Lopes Meirelles, cuja lição, nesse sentido, já se tornou clássica) bem entenderam Vossas Excelências ao estabelecer, no artigo 118 da Constituição Estadual que:

"Lei Complementar, cuja iniciativa é

facultada ao Procurador-Geral de Justiça, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público..."

O Mestre Hely Lopes Mirelles assim se pronunciou sobre a nossa Instituição:

"Fixada a posição do Ministério Público, na estrutura constitucional da nossa Federação, sobressai, desde logo, a sua independência funcional, pois que não está hierarquizado a qualquer outro órgão ou Poder, e seus membros são agentes políticos desvinculados do Estatuto dos Funcionários Públicos.

.....
Ora, no que concerne ao desempenho da função ministerial, pelo órgão (MP) e seus agentes (Promotores, Procuradores), há independência de atuação e não apenas "autonomia funcional"

Os membros do Ministério Público quando desempenham as suas atribuições institucionais não estão sujeitos a qualquer subordinação hierárquica ou supervisão orgânica do Estado a que pertencem.

.....
No mais, os membros do Ministério Público atuam com absoluta liberdade funcional, só submissos à sua consciência e aos seus deveres profissionais, pautados pela Constituição e pelas leis regedoras da Instituição.

Nessa liberdade de atuação no seu ofício, é que se expressa a independência funcional ..." (Estudos e Pareceres de Direito Público, vol. VII/332, 335, e 336, 1983- RT).

A faculdade de iniciativa dada ao Chefe do Ministério Público Estadual está perfeitamente consoante com a norma similar do art. 128, § 5º, da Constituição Federal e com aquela do seu art. 61, § 1º, II, alínea "d", nas quais foi por certo respaldada a exata compreensão dos ilustres constituintes paranaenses sobre a Instituição de defesa do povo, da sociedade e da própria democracia, pois neste último dispositivo constitucional básico foi dada privativamente ao Presidente da República a iniciativa de leis fixadoras de normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados federados.

A que atribuir essa norma constitucional da Lei Maior, se não à idéia central e fundamental - para se entender o Ministério Público - de que suas funções decorrem diretamente do Poder Político soberano da Nação?

Assim entenderam Vossas Excelências, quando nem mesmo ao Governador do Estado atribuíram a iniciativa de lei referente à organização, à estrutura e ao estatuto do Ministério Público, como se pode ver do elenco do art. 66 da Constituição do Estado, onde estão definidas as leis de ini-

ciativa privativa do Chefe do Poder Executivo estadual.

Isso porque não cabe aos Governadores de Estado ir além do que lhes permite o exercício do poder autônomo da unidade federada, mormente quando as normas gerais orientadoras da legislação estadual sobre a Instituição Ministerial advêm do Poder Político soberano, este exercitado pelo chefe da Nação.

Segundo a Constituição do Estado do Paraná, face a esse posicionamento coerente de Vossas Excelências em relação à Lei Fundamental da República, cabe então ao Procurador-Geral de Justiça, a iniciativa da lei de organização e de atribuições do Ministério Público.

2. Feita essa constatação preliminar, certamente a coerência, e inteligência de Vossas Excelências, postas no estatuto fundamental da gente do Paraná em relação à Instituição do Ministério Público, não permitirá o acatamento de proposições originárias de quaisquer outras fontes que não ela própria, acerca de sua lei estrutural e funcional, pois se a Constituição Federal, dando as diretrizes indispensáveis ao tratamento do Ministério Público como uma Instituição nascida do Poder Político Nacional traz, em seu art. 128, elenco fechado, não pode, certamente, o legislador estadual criar um novo tipo de Ministério Público que ali não esteja previsto.

E se o próprio Governador do Estado não pode tomar a iniciativa quanto à lei de organização, estruturação e funcionamento do Ministério Público, muito menos o poderia para a criação de um novo tipo de Instituição, em nosso Estado. E com muito maior razão, não poderia chegar a tanto o Tribunal de Contas que, na estrutura política do Estado não é um Poder, mas como expressa o art. 75 de nossa Constituição Estadual, em consonância com o art. 71, da Constituição Federal, trata-se de um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Assim, de forma também inegavelmente coerente, em razão mesmo da regra estabelecida pelo art. 75 da Lei Maior, que leva aos Tribunais de Contas dos Estados a aplicação das normas constitucionais federais referentes à organização, composição e fiscalização do Tribunal de Contas da União, servindo este, no que couber, de modelo àqueles.

Portanto, a própria lei de estruturação, organização e composição do Tribunal de Contas do Paraná, mereceria aguardar idêntica lei referente ao Tribunal de Contas da União, como também a Lei Complementar referente ao Ministério Público precisa aguardar a edição das normas gerais federais sobre a sua organização e funcionamento.

Assim para que - à maneira do entendimento popular - não se ponham os carros à frente dos bois.

E cada qual dessas leis específicas com a sua iniciativa adequada.

Cumprir ver que a norma do art. 130, da Constituição da República, coerentemente trazida por Vossas Excelências ao bojo da Constituição Estadual no seu art. 121, fala de membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado e não de um Ministério Público especial junto a esse Tribunal.

Assim, deprende-se facilmente que o que existirá, na verdade, será uma função especial do Ministério Público Estadual junto à Corte de Contas.

E isso, aguardadas as normas gerais federais a serem editadas, caberá ser regulado na lei própria da Instituição Ministerial, por iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, como já vimos.

E - tão somente para argumentar - mesmo se houvesse um Ministério Público Especial, fugindo do elenco taxativo do art. 128 da Constituição Federal, certamente não poderiam sua instituição, organização e funcionamento advir de iniciativa e de lei estranhas à Instituição.

E - ainda para argumentar - é certo que, assim mesmo, haveria de sua composição e funcionamento ser a mesma daquela de iguais atribuições especiais junto ao Tribunal de Contas da União.

Ocorre que não se pode, de nenhum modo, argumentar contra a Constituição, nem contra a Federal, nem contra a Estadual coerentemente aprovada por Vossas Excelências.

2.1. O entendimento do art. 121, da Constituição Estadual, deve ser conjugado àquele dos seus arts. 119 e 120, inciso XII, correspondentes aos arts. 129, inciso IX, e seu parágrafo 2º, da Constituição Federal, nos quais está posto que as funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira qualquer daqueles Ministérios Públicos, Federal ou Estadual, elencados no art. 28, da Lei Fundamental da República) e seus membros podem exercer outras funções que lhes forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade.

Logo, as funções especiais que serão conferidas, por iniciativa de seus chefes, pelas leis próprias do Ministério Público, a seus membros com atuação junto aos Tribunais de Contas, serão certamente compatibilizadas com as finalidades primordiais da Instituição e, por proibição expressa contida ao final do art. 120, em seu inciso XII, da Constituição Estadual, correspondente à parte final do art. 129, IX da Constituição Federal, não poderão ser, de

forma alguma, funções de representação judicial e consultoria de entidades públicas.

Proibida, portanto, a seus membros, qualquer atribuição de representação da Fazenda Estadual, porque o Ministério Público defende o interesse público e não os interesses do Estado.

É certo que, ao defender a sociedade, poderá, por coincidência, estar defendendo os interesses estatais, estando estes conformes aqueles.

Mas, em última análise, não podem exercer, dada a proibição constitucional invocada, aquelas funções que estão atribuídas aos atuais Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas que, por força de norma passageira coerente (art. 47 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), aprovada por Vossas Excelências, quando do exercício da nobre função constituinte, foram mantidos justamente no exercício dessas funções vedadas ao Ministério Público.

Não há como se confundir então, os membros da carreira do Ministério Público, que exercerão funções especiais junto ao Tribunal de Contas, com os Procuradores do Estado junto àquela Corte.

2.2. Na verdade, a norma do art. 121, da Constituição Estadual, correspondente à norma do art. 130 da Constituição Federal, constitui mero reforço da regra geral, constitucionalmente posta, de que as funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira.

Assim para que não houvesse dúvida alguma quanto a isso, mesmo em relação àqueles integrantes da Instituição com atuação junto às Cortes de Contas.

Dessa forma - através de norma não redundante, porque especifica - os constituintes procuraram deixar clara essa regra afirmando que a todos os membros do Ministério Público, inclusive àqueles junto aos Tribunais de Contas, aplicam-se as mesmas disposições pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

2.3. - Sobre a questão há estudos sendo realizados por Comissão instituída pelo Procurador-Geral de Justiça, com o intuito de, observadas as normas constitucionais antes mencionadas e aguardando-se a edição das normas gerais a serem votadas pelo Congresso Nacional, por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Chefe do Ministério Público encaminhar, oportunamente, a Vossas Excelências a proposta para a Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná, onde em capítulo específico, se tratará do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

3. Diante do exposto e confiando ago-

ra, no momento de aplicação de normas da Constituição do Estado, na mesma coerência de Vossas Excelências que orientou o momento de sua elaboração, o Ministério Público do Paraná pondera que nem mesmo merece apreciação a totalidade do capítulo VIII da Proposta de Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (Projeto de Lei n.º 448/90), ora em tramitação nessa augusta Casa de Leis, porque contraria frontalmente o art. 47 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado. Esse dispositivo ao afirmar que:

"Ficam mantidos no exercício de suas funções os atuais Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas",

quis estabelecer a manutenção do atual quadro desses servidores naquela Corte de Contas como um quadro em extinção, e nunca autorizaria a interpretação de que deveria ser criado pela lei um quadro de carreira permanente, como pretende, nesse capítulo, a proposição ora analisada. Tanto assim que a Constituição Estadual, ao tratar do Tribunal de Contas, na Seção VIII do capítulo I, Título III - "Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária" - menciona como integrantes dessa Corte de Contas apenas os seus Conselheiros e Auditores, sequer referindo-se a Procuradores do Estado ou a quadro próprio desses servidores para nela exercerem, com exclusividade, suas funções em caráter permanente. Logo, tais funções, que não se confundem - como vimos - com as do Ministério Público, deverão ser exercidas, de forma genérica, por integrantes da Procuradoria-Geral do Estado.

3.1. De qualquer forma - somente para argumentar - se constitucional fosse a criação da carreira de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, ainda assim deveria ser de pronto rejeitado o dispositivo numerado como art. 41 desse capítulo VIII, de Proposta de Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, pois a questão remuneratória dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, foi tratada especificamente pelo art. 251 da Constituição do Estado (Das Disposições Constitucionais Gerais), no qual os vencimentos dos mesmos foram vinculados aos dos Conselheiros daquela Corte de Contas, não podendo, assim, tal vinculação ou equiparação dar-se em relação ao Ministério Público.

Se a Constituição assim firmou, não poderia ser, nessa questão, modificada por lei ordinária.

3.2. Mesmo a iniciativa inconstitucional, visando essa aplicação subsidiária de normas referentes a direitos, garantias, prerrogativas, vedações, regime disciplinar, etc. trazidas na Lei Orgânica do Ministério Público, estabelece uma asseme-

lhção impossível entre cargos de atribuições completamente diferentes, cujos encargos provêm de naturezas inteiramente diversas, eis que os do Ministério Público nascem como vimos - do próprio poder soberano nacional, sendo-lhe proibidas expressamente a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas (art. 129, IX da Constituição Federal), às quais, por sua vez, é vedado (como do resto a outras instituições ou pessoas), como se vê pela norma proibitiva do art. 129, § 2º, da Magna Carta, o exercício das funções de Ministério Público, exclusivas dos integrantes dessa carreira.

Sobre esse assunto já havia se pronunciado o mestre administrativista da Faculdade de Direito de São Paulo, Professor José Cretella Júnior, quando após acurado exame do tema, em consulta que lhe fora feita sobre a obrigatoriedade de vencimentos iguais para todas as carreiras jurídicas a que se referem os arts. 135 e 241 da Constituição Federal, posicionou-se diante da seguinte pergunta:

"Poderá a lei considerar, indiscriminadamente, assemelhadas quaisquer daquelas carreiras, sem incorrer em inconstitucionalidade?", concluindo em sua resposta que:

"De modo algum. A regra jurídica regulamentadora do texto constitucional - para dar um só exemplo - não poderá assemelhar Magistrados e Defensores Públicos, nem qualquer destes agentes públicos com a Autoridade Policial, que seria flagrante inconstitucionalidade. Já que a lei não deve ser cerebrina, mas deve decorrer da natureza das coisas, disciplinando não um mundo fictício e simbólico, mas realidade nova, palpável e atuante, será considerada regra jurídica inconstitucional a lei ou NORMA REGULAMENTADORA, em qualquer esfera, que der interpretação ampla ao artigo 39, § 1º, para efeito de isonomia de vencimentos, porque a margem de discricionariedade do legislador é balizada pelos parâmetros constitucionais, com dois vocábulos - "iguais" ou "assemelhados" -, que não podem ser dilatados ao alvedrio, pela letra da lei regulamentadora, a qual deverá descer a minúcia sempre, porém, com vistas ao que a Lei Maior, claramente, mencionou".

Das teses sustentadas nesse trabalho, o mestre Cretella Júnior, depois de examinar acerca da formação de grupos de carreiras jurídicas com cargos assemelhados, separa, de um lado, os Defensores Públicos e os Advogados do Estado, e de outro, dos primeiros apartados, os Magistrados e Membros do Ministério Público, tanto é que também sobre isso afirmou que:

"Formalmente, dois ou mais cargos podem classificar-se como iguais ou assemelhados, mas o que importa, na elaboração

da norma regulamentadora, é o aspecto, material, o de conteúdo, pois somente este aspecto é que oferecerá a orientação necessária e suficiente, que norteará o trabalho legislativo. São assim assemelhados os cargos da Magistratura e do Ministério Público, informada a equiparação de ambos pelo princípio da isonomia".

Essa interpretação, considerando-se assemelhados os cargos da Magistratura e do Ministério Público, encontra respaldo nas próprias garantias e atribuições dadas pela Constituição da República, em cujas normas (arts. 95, I, II e III; e art. 128, § 5º, I, alíneas "a", "b" e "c") encontram-se a ambos consagrados os mesmos predicamentos da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. Guardam ambas - Magistratura e Ministério Público - para o seu desempenho em prol da realização da Justiça, igual autonomia e absoluta independência, inclusive contando, na Lei Maior, com idênticas normas de proteção orçamentária.

Aliás esse é também o entendimento da maioria dos nossos juristas, entre os quais o ilustre Professor Manoel Ferreira Gonçalves, titular da cadeira de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e doutor em Direito pela Universidade de Paris; o Professor Fábio Konder Comparato, titular da Faculdade de Direito de São Paulo e também doutor em Direito da Universidade de Paris; entre outros, cujos trabalhos a respeito desse tema foram publicados em edição sob o título "Isonomia de Vencimentos" pela Associação Paulista do Ministério Público.

Logo, se não configuradas as hipóteses previstas pelo art. 39, § 1º da Constituição Federal do Estado, aliás ressalvada pelo art. 37, em seu inciso XIII, da Magna Carta, tem inteira aplicação então, em relação a essas categorias funcionais completamente diferenciadas, a regra geral constitucional nesse último dispositivo prevista, qual seja a de que

"é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para efeito de remuneração de pessoal do serviço público".

Não se podem assemelhar funções de naturezas tão diversas, para a busca de um tratamento isonômico a ambas, mesmo porque tal assemelhação está expressamente ressalvada pelo art. 39, 1º, da Constituição da República, no tocante as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho. Assim, trabalhos de natureza tão diversas, não podem ter, por parte da lei, contraprestações remuneratórias idênticas. Trata-se também de ressalva feita pela lei fundamental da República que, caso aprovado o mencionado art. 41 da proposta feita pelo Tribunal de

Contas (Projeto de Lei nº 448/90), estaria sendo contrariada, merecendo então a apreciação do Supremo Tribunal Federal, através de ação direta de arguição de inconstitucionalidade a ser proposta com respaldo no art. 102, I, letra "a" e seu parágrafo único, e art. 103, todos da nossa Lei Maior.

Na verdade, a aprovação do art. 41 da Proposta ora examinada, assim como está redigido, estaria confrontando-se com a Magna Carta, de maneira formal - dado o vício de iniciativa, por estender direitos e vantagens do Ministério Público a Procuradores do Estado em exercício junto ao Tribunal de Contas, e de modo substancial - por ferir frontalmente o conteúdo da norma do art. 37, XIII, porque não caracterizadas, de fato, quaisquer das exceções previstas pelo art. 39, § 1º, da nossa Lei Maior.

E nem se poderia trazer como respaldo à pretensão legislativa, exposta no art. 41 da Proposição, ora em análise, o contido no art. 125, § 2º, III, da Constituição Estadual coerentemente aprovada por Vossas Excelências, no exercício de suas funções Constituintes, porque se reporta ao art. 135 da Constituição Federal e este, por sua vez, ao art. 39, § 1º, dela mesma. Logo, deve ser lido no sentido de que é assegurado aos Procuradores do Estado vencimentos não inferiores àqueles atribuídos às carreiras a que se refere o art. 135 da Constituição Federal, com as quais tenham atribuições iguais ou cargos assemelhados. Isso também porque Vossas Excelências, sempre de forma coerente, também aprovaram o art. 33, § 2º, da Constituição Estadual, reiterando no âmbito de nosso Estado a norma do art. 39, § 1º, da Constituição Federal, que traz as já examinadas exceções à regra geral da proibição à vinculação ou equiparação de vencimentos, esta sim com perfeita incidência ao caso ora examinado.

4. Diante do exposto e confiando agora, em tempo de aplicação de normas da Constituição do Estado, na mesma coerência de Vossas Excelências que orientou o momento de sua elaboração, espera o Ministério Público do Paraná seja rejeitada a proposição legislativa, nas partes enfocadas, por ser a mesma inconstitucional (vícios substancial e de iniciativa), ilegítima o inoportuna.

Isso em nome dessa coerência e do respeito que está a merecer a Constituição Estadual, cujas normas espelham a altivez e o espírito público dos Constituintes do Paraná.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido Plenário, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 643/90, 644/90 e 646/90.

Sala das Sessões, em 10/01/91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 001/91.

Sala das Sessões, em 10/01/91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 3018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 002/91 na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 10.01.91.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 3014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 39/89 para discussão e votação neste período de convocação extraordinária.

Sala das Sessões, em 10.01.91

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO N° 3021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 03 (três) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 625/90.

Sala das Sessões, em 10.01.91

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 3013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 10.01.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO N° 3015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações à Tribuna do Interior, jornal que passou a circular diariamente na região de Campo Mourão, com os cumprimentos dirigidos aos Diretores Bohdan Denczuk e Maria Alice Soares Dassi e toda equipe.

Os meios de comunicação, cada qual com sua especificidade, se constituíram num processo de verdadeira e contínua interrelação social. O jornalismo representa o meio pelo qual os homens se comunicam, não apenas com a simples permuta de informações, mas também através da imprensa expressam sentimentos de ternura, solidariedade, conflitos comuns à existência humana, a luta cotidiana pelo progresso e à liberdade.

Mais de duas décadas, precisamente 22 anos de existência, a TRIBUNA DO INTERIOR se consustancia como marco de referência de uma vasta e promissora região. Cultivada com o mesmo carinho e vontade de vencer da sua comunidade, brotou com vigor, dando frutos tal qual a sua dádiosa terra.

A TRIBUNA DO INTERIOR atinge agora o ápice, amadurecida ao longo de uma caminhada de muitos obstáculos, transpostos graças aos passos firmes dados em direção da modernidade.

Ao se fazer presente todos os dias certamente o jornal eleva-se a já reconhecida importância, cultural, política e econômica, contribuindo mais efetivamente no contexto social, mourãoense e do Centro-Oeste.

Assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, registramos com enorme regozijo os cumprimentos a toda a equipe, expressando o profundo desejo de que o mesmo idealismo, determinação, audácia e coragem que caracterizam o jornal, sejam perenes, guardando uma profunda e estreita identidade da sua laboriosa coletividade com a TRIBUNA DO INTERIOR.

Sala das Sessões, em 10.01.91

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 3017

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentar, REQUER, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, voto de louvor ao advogado EURICO GOMES DE MACEDO, recentemente empossado na presidência da Junta Comercial do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.01.91

(a) ERONDY SILVERIO.

JUSTIFICATIVA:

EURICO GOMES DE MACEDO, praticamente vem dedicando toda sua vida profissional à

Junta Comercial do Paraná. Advogado e procurador do Estado, vem atuando há 35 anos, onde iniciou como estudante, tendo exercido o cargo de Secretário-Geral por várias gestões, e agora nomeado para a presidência, temos certeza, que sua vasta experiência na área, venha a agilizar a prestação de serviços pois, já vinha colaborando de forma destacada na modernização do órgão.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 002/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Aplica-se aos servidores do Poder Legislativo, no que couber, o disposto na Lei Federal n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.01.91

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 004/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o município de Mato Rico, "ad referendum" do resultado de consulta plebiscitária, em data a ser fixada pelo Tribunal Regional Eleitoral, desmembrado do município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Começa no marco de concreto PP-0, sito à margem direita do Rio Cantu com a foz do Córrego do Peixe, seguindo por este até a sua nascente. Da nascente do Córrego do Peixe por linha seca, medindo 638,0 metros e rumo de SO 53°00' NE até a nascente do Rio Juquiri, onde está cravado o marco n° 1. Do marco n° 1, por linha seca, com os seguintes rumos e medidas:

MARCO	DISTÂNCIA	RUMO
1	1011,0	SO 58°26' NE
2	192,0	NO 45°49' SE (estrada p/Mato Rico)
3	584,0	SO 54°46' NE
4	1465,0	SO 34°36' NE
5	287,0	NO 62°19' SE
6	110,3	SO 79°46' NE
Intermediário	85,0	NO 88°44' SE
	60,0	NO 73°04' SE
	67,9	NO 88°18' SE
	77,6	NO 74°21' SE
	65,3	SO 88°24' NE
	221,8	NO 79°31' SE
7	1279,0	SO 42°05' NE

8 2535,0 SE 17°04' NO, chegando ao marco n° 09. Do marco n° 09 acompanhando um arroio, afluente do Arroio Água Bonita, com vários rumos e medidas, seguindo pelo mesmo até chegar a uma estrada, prosseguindo pela estrada até o seu encontro com o Córrego Quarenta e Três, e desse até o seu encontro com o Rio Palmital, divisando com o município de Roncador até seu encontro com a estrada Pitanga-Campo Mourão, seguindo pela mesma até seu encontro com o Rio Macacos, divisando sempre com o município de Roncador, e pelo Rio Macacos segue até a sua foz no rio Cantu; pelo rio Cantu divisando com o município de Palmital até a foz do Córrego do Peixe, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.01.91

(aa) RENATO ADUR;

NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

A pretensão emancipacionista da comunidade de Mato Rico, a confirmar-se o resultado da consulta plebiscitária, é amplamente legítima. A par de dispor de uma economia capaz de suprir os seus anseios de desenvolvimento, possui contingente populacional e eleitoral apto a atender os requisitos legais emancipatórios.

A conquista da sua elevação a município, por todos os predicados, é natural e incontestável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no pequeno e no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não há oradores.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 46/91, subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, objetivando alterar a Tabela de Escalonamento Vertical de que trata o art. 107 da Lei n° 6417, de 03 de julho de 1973. À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício n° 0668, subscrito pelo Sr. Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, apresentando considerações no sentido de preservar a constitucionalidade do Projeto de Lei que trata da Lei Orgânica do Tribunal de Contas. À Diretoria Legislativa, para que se junte ao referido projeto.

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur e Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 643, 644 e 646/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 001/91. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio e Antônio Annibelli, acima aprovados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 643/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (of. n° 83/90), que reajusta em 185,22% os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores integrantes dos quadros de pessoal das secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 644/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA (of. n° 1196/90), que concede, a título de reajuste de data-base dos servidores do quadro de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, o índice percentual de 185,22% sobre os valores vigentes em dezembro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 646/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS do Estado do Paraná (of. n° 1039/90), que reajusta os vencimentos dos funcionários daquele Tribunal e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 001/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 001/91), que dispõe sobre a adoção de normas legais com vistas à construção de uma ponte sobre a baía de Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, só uma informação, foi votado o Projeto n° 001/91?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi votado, preferência de votação requerida pelo Deputado Antônio Annibelli.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, eu gostaria só de externar a minha posição e dizer que nós votaremos contrário a esse projeto, por se tratar de uma obra de importância para o Paraná, mas da forma que está colocado aqui nós precisamos, a Assembléia precisa discutir melhor o artigo 2° e 3° dessa lei. A meu ver isso é de muita importância, vai envolver muito dinheiro esta obra, a questão da concorrência internacional, o consórcio de empresas nacionais, por isso, Sr. Presidente, de certa forma eu gostaria de mais atenção que a Assembléia ouvisse alguém da parte do Governo para que esclarecesse a planilha de cobrança de pedágio nessa ponte. Certas coisas precisam ser esclarecidas nessa Casa, não vamos dar a autorização para se construir uma ponte assim, sem discutir a matéria, precisamos de mais tempo para discutir este assunto com mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com as anotações do Deputado José Rogério está aprovado, em 2.^a discussão o Projeto de Lei n° 001/91, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 495/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 145/90), que autoriza aquele poder a alterar os fins sociais da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, que passa a se denominar Companhia de Desenvolvimento Agropecuário CODAPAR, e terá por objetivo a execução de atividades de armazenagem, abastecimento e fomento agropecuário. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Aprovado.

O projeto irá à redação final.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 625/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 225/90), que institui a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 da Constituição Federal, e 127 e 128, da Constituição Estadual. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 3 (três) sessões, do projeto de Lei Complementar n° 625/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 03 (três) sessões o

Projeto de Lei Complementar n° 625/90.

Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Esse projeto que cria a Defensoria Pública no Estado do Paraná nos cria uma confusão na cabeça.

Primeiro, o Executivo manda uma Mensagem transformada em projeto de lei propondo a criação, a sua implantação e, de repente, o Líder do Governo apresenta um Substitutivo que revoga a decisão do Governador. Então gostaria de ver esclarecida esta situação porque não estou preparado para votar. Sou de acordo que seja criada a Defensoria Pública no Estado do Paraná e que seja implantada nos moldes necessários e aceitáveis para o bom funcionamento desses serviços públicos, que assim distinguimos no processo constituinte do Estado do Paraná.

A Emenda Substitutiva apresentada pelo nobre Líder do Governo, além de ela descumprir a nossa Constituição está rolando com a barriga, jogando para diante, deixando de enfrentar algo que já deveria ter sido enfrentado porque os nossos prazos já foram expirados, tanto o prazo do Executivo para tomar suas iniciativas bem como o nosso, do Poder Legislativo, para discutir e aprovar as iniciativas do Poder Executivo e suas devidas alterações. Por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de, no mínimo, ver esclarecida esta situação. Porque está havendo esta divergência entre o governante, chefe do Poder Executivo, e o Líder de sua Bancada aqui na Assembleia Legislativa. Porque um propõe a criação e implantação e outro propõe simplesmente a criação mas não implanta e tal... e coloca algumas complicações que é a mesma coisa que não implantar.

Então gostaria de ver esclarecida esta situação, caso contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, necessário se faz - e quero fazer um apelo aqui -, se aprovado este Substitutivo, na próxima Sessão, através de subemendas temos que colocar o nosso ponto de vista, estabelecer a sua implantação, estabelecer a forma, estabelecer os critérios porque não estão ditos e nem claros no Substitutivo apresentado pelo nobre Deputado Caíto Quintana, Líder do Governo, autor deste Substitutivo. É com essas indicações que eu encaminho a votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trata-se de matéria de Lei Complementar para aprovação do Substitutivo Geral, ou da Mensagem serão necessários vinte e oito votos.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, é evidente, que es-

ta Liderança sobre hipótese alguma, apresentaria ao substitutivo uma Mensagem do Governo, sem que houvesse procurado resolver com a própria área do Governo sobre a sua Mensagem.

Esta Assembleia Legislativa, tem pleno conhecimento da luta que todos nós desempenhamos durante a própria Constituição do Estado do Paraná, para criarmos a Defensoria Pública do nosso Estado. O projeto enviado para a Assembleia Legislativa, na intenção de ser amplo e abrangente, ele está inclusive, com a criação do quadro de 411, Defensores Públicos, já nascidos na Constituição, com isonomia dando as definições de carreira, e esse projeto precisa ser discutido, avaliado, debatido, com esta Casa, para que se possa ter uma noção exata de como vai proceder o preenchimento das questões da Defensoria as Comarcas, que terão os defensores inicialmente ou se vai se abrir um concurso no Paraná - para o preenchimento de quatrocentas e onze vagas de Defensores, criando uma força evidentemente, considerável na avaliação de Orçamento. Qual foi a nossa proposição Deputado Pedro Tonelli, a mais leal, a mais sincera possível, de que viéssemos nesse período extraordinário, criar a Defensoria Pública efetivamente, conforme a Constituição o solicita, encerrarmos esse Mandato nosso de Parlamentares aqui, com a criação de Defensoria Pública, dentre as suas estipulações até Constitucionais, fazê-la em Lei Complementar existir de fato no Estado do Paraná.

O nosso dispositivo diz que: num prazo de cento e oitenta dias e até para resguardar a participação desse Parlamento nessa ampla discussão, o Executivo enviará à Assembleia Legislativa, projeto de lei para regulamentar a carreira do Defensor. Esse é o objetivo da Emenda substitutiva, de que nós possamos deixar nesse período extraordinário a Defensoria Pública estabelecida e chamo a atenção dos nobres Parlamentares desta Casa, e daqueles que eventualmente estejam interessados na matéria da Defensoria, lembram Vossa Excelência, que na própria Constituição de uma forma de podermos prestigiar aqueles que têm feito assistência ao pobre, ao necessitado entrando no Estado nas funções de Defensor Público, cumprindo o dispositivo de um Decreto Governamental existente que instituiu a Defensoria que esses estariam enquadrados dentro da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Na época até houve contestação de muita gente sobre a constitucionalidade disso ou não, porque essas pessoas seriam transpostas para a Defensoria Pública sem o devido concurso. Mas esta Casa, entendendo de que estes integrantes, atuando na Defensoria Pública, não tendo ficado à disposição de gabinetes,

não tendo sido apadrinhados, lá estavam por um trabalho efetivo de defesa à população, mereceriam de nós, pelo menos o ímpeto de tentar colocá-los, dentro da Defensoria, na sua criação.

Pois bem. Se nós criarmos a Defensoria Pública dentro daquilo que estipula a Constituição e se nós pusermos a regulamentação num prazo de até 180 dias, para discutir a composição de cada quadro, de quantos serão estes quadros, etc, a partir do instante em que a Constituição garante este direito e que a lei complementar foi votada, instituindo a aposentadoria passa a fluir para estes integrantes, que estão na Defensoria, na sua plenitude, o direito de enquadramento. Só fica a se discutir no futuro; aqueles que vão fazer concurso para entrar na Defensoria, que nós vamos delimitar, então, como será feito, quantos cargos serão, como serão preenchidos.

Esta é a nossa pretensão. E eu chamo a atenção e até gostaria de conversar com os Parlamentares, individualmente, porque este tipo de discussão eu procurei ter com alguns integrantes da Defensoria, que aqui estão, para mostrar que a forma que nós poderemos criar a Defensoria, neste período é a forma do entendimento entre as Bancadas e dos companheiros que aqui estão, exatamente por tratar-se de lei complementar.

Se há dificuldade para passar a Emenda, a mesma dificuldade há para passar a Mensagem. E nós corremos um risco muito grande de acabar não votando ou não tendo número de votos suficiente, para criarmos a Defensoria, neste período.

O Sr. Rubens Bueno (Aparte) - Há pouco, este Plenário votou a devolução de uma Mensagem, a de número 231/90, proposta pelo Governador, já no ano passado, que trata exatamente da hierarquização dos vencimentos, com as patentes dos militares no Paraná. Projeto importante, porque até então, nós tínhamos aqui a dificuldade, um verdadeiro emaranhado, onde um soldado poderia, por vezes, ganhar mais que um cabo. Eu estou falando isso, hipoteticamente, para mostrar em que situação estava.

A retirada desse projeto preocupa, não só aos militares como também ao Parlamento, na medida em que o projeto estava aqui, já numa terceira fase de sua votação. Ou prestes a ser votado.

E, agora, também. Com esta proposta de fazer a Defensoria Pública algo como uma intenção para daqui 180 dias, quando nós temos o projeto já pronto, já perfeitamente delimitado: dos seus deveres, das suas obrigações, dos seus direitos. Inclusive das funções, pela proposta governamental, sinceramente eu não vejo. Da mesma maneira que não vi como retirar o projeto que be-

neficiava os militares do Paraná, da mesma maneira a Defensoria Pública.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito. Senhor Presidente, eu acho que em determinados momentos nós nos colocamos, aqui, e me perdoe, não é com aspereza nenhuma que eu estou dizendo isso; nós nos colocamos aqui em posições que eu prefiro não declinar, da Assembléia. Não que seja ofensivo, mas é uma questão de estratégia. Para quem de nós que conhece o que é deter-se sobre o processo legislativo, este processo legislativo nos ensina o comportamento da lei complementar. Então, tudo bem. O próprio pessoal interessado, e eu fui o mais sincero possível em expor a minha preocupação de que nós, neste período, deixássemos a Defensoria Pública criada. Mas, me parece que não é este o comportamento, quer dizer, o entendimento é forçar.

Solicito, Senhor Presidente, há sobre a Mesa, que por lapso deveria ter sido votado antes, o Requerimento de minha autoria pedindo a retirada do projeto por três sessões, e solicitaria que fosse votado, até mesmo para não comprometer a emenda e o projeto, porque evidentemente, na sessão de hoje, nós não teremos voto suficiente para aprovar nem um, nem outro, por tratar-se de lei complementar, a qualquer instante que alguém peça verificação de votação. A única forma de passar seria o consenso, porque no consenso, não havendo pedido de verificação, a matéria passaria por aprovação, por unanimidade.

Mas, é difícil de expor. Solicito a Vossa Excelência que ponha em votação o Requerimento, retirando a matéria da Ordem do Dia.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - ...Inicialmente eu quero louvar a iniciativa do Líder do Governo, que admite rediscutirmos esta questão, porque para mim continua confusa. Quer dizer, nós aprovamos uma lei complementar para dar 180 dias de prazo para implantar aquilo que já está assegurado pela Constituição, acho que se faz desnecessário.

O nobre líder do Governo falou que existe um exagero, ele citou como exemplo que existem 411 cargos, ora, se o Governador estava equivocado quando assinou essa Mensagem, vamos nós ajustá-la, estabelecer que seja 41. Então eu acho que é louvável a iniciativa do Líder do Governo, vamos estudá-la e implantá-la em parâmetros aceitáveis e necessários excluindo as equivocadas do Governador Álvaro Dias.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Caíto Quintana, realmente há sobre

a Mesa um requerimento solicitando a retirada, por três sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 625/90.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, só uma informação, foi votado o n° 001/91?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi votado, Preferência de Votação requerida pelo Deputado Antônio Annibelli.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Senhor Presidente, gostaria só de externar a minha posição e dizer que nós votaremos contrário a esse projeto, por se tratar de uma obra de importância para o Paraná, mas da forma que está colocado aqui nós precisamos, a Assembléia precisa discutir melhor os Artigos 2° e 3° dessa Lei. A meu ver isso é de muita importância, vai envolver muito dinheiro esta obra, a questão da concorrência internacional, o consórcio de empresas nacionais, por isso, Senhor Presidente, de certa forma eu gostaria de mais atenção, que a Assembléia ouvisse alguém da parte do Governo para que esclarecesse a planilha de cobrança de pedágio nessa ponte. Certas coisas precisam ser esclarecidas nessa Casa, não vamos dar autorização para se construir uma ponte assim, sem discutir a matéria, precisamos de mais tempo para discutir este assunto com mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com as anotações do Deputado José Rogério está aprovado, em 2ª Discussão, o n° 001/91.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 299/86, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que dá novas divisas ao município de São Jorge do Patrocínio, criado pela lei n° 7474, de 22.06.81. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 384/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 127/90), que revoga o § 2° do artigo 94 da lei n° 8485, de 03.06.87. (Auditoria). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 641/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 230/90), que autoriza aquele poder a alienar, mediante licitação, o imóvel denominado Estância Hidromineral Santa Clara, situado na localidade de Cândói, município de Guarapuava, com as características que especifica, de proprie-

dade da extinta PARANATUR e integrante do patrimônio da FESTUR. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Em votação.

Há Emenda de Plenário de autoria do Deputado Rubens Bueno. (Lê a emenda).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Me parece, Senhor Presidente que o Deputado Rubens Bueno apresentou essa emenda sem perfeito conhecimento da matéria, porque esta Estância Hidromineral de Santa Clara não pertence mais ao Município de Guarapuava e sim do recém-criado Município de Cândói. É evidente que nós não poderemos em sã consciência transferir um pedaço de terra que pertence ao Município de Cândói para o Município de Guarapuava. Solicitaria então ao Deputado Rubens Bueno, que está me ouvindo, que retirasse essa sua Mensagem, porque a Estância Hidromineral de Santa Clara pertence hoje ao território do Município de Cândói.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - ...Já instalado?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Não instalado, mas já criado com plebiscito feito e com Lei publicada em Diário Oficial, apenas resta a instalação.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Eu até

respondo a Vossa Excelência da seguinte maneira: na medida em que o projeto trata de o Estado entregar ao Município de Guarapuava nesta altura, em que não há instalação do Município, da mesma maneira é só transferir entre Município posteriormente para o Município de Cândói. Fica municipalizado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Mas como nós poderemos transferir ou ceder um território, uma área territorial de um município, criado em lei, publicado em Diário Oficial, para um outro Município Senhor Deputado. Eu acredito no mínimo teríamos então que retirar esta matéria da Ordem do Dia para reestudá-la.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Sim, até

posso, atendendo a indicação de Vossa Excelência, mas como o seguinte argumento Deputado Artagão Mattos Leão, esta emenda que nós estamos apresentando é para usufruto, o Estado não está doando ao Município, está dando a ele o direito de utilizar-se gratuitamente, e não doando, não está se doando terra de ninguém. Então, a gente poderia retirar, eu acho que a proposta de Vossa Excelência é coerente, retirar a proposta e poder estudar melhor.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Indagaria ao Líder do Governo se haveria possibilidade de tirarmos esta matéria da Ordem do Dia na sessão de hoje e ela voltaria na sessão de amanhã, e até lá nós discutiríamos com o Deputado Rubens Bueno. Se houvesse aquiescência do ilustre líder, nós faríamos então o Requerimento com aquiescência do Líder do Governo, Deputado Caíto Quintana, nós fazemos então ao ilustre Presidente o Requerimento para que essa matéria seja retirada da Ordem do Dia de hoje e retorne na Ordem do Dia de amanhã Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Da nossa parte, talvez não tenha sido possível entendê-lo bem quando anunciou a matéria, mas consta na Ordem do Dia 3.^a discussão e parece que nós poderemos estar enganados, mas Vossa Excelência parece que anunciou 2.^a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - 3.^a discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa aguarda o Requerimento de retirada por uma Sessão, ou melhor, vai fazer de ofício tendo a concordância das Lideranças. Está retirada e figurará na próxima Sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência, por questão de dicção, eu gostaria que Vossa Excelência me dissesse o Requerimento que está sendo votado, o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O n° 635 já foi votado, folhas 03 do avulso. Está em votação o de n° 636/90, folhas 03 do avulso.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Perfeito. Não, o de n° 635. Senhor Presidente, eu quero registrar nesse instante o meu voto contrário, até porque eu não ouvi Vossa Excelência na hora que estava anunciando o projeto. Porque o projeto de autoria do Deputado Rubens Bueno é flagrantemente inconstitucional, um projeto que concede pagamento de décimo terceiro, e nós sabemos que a questão salarial, extinção de cargos, criação de cargos, é competência exclusiva do Executivo, razão pela qual, "não adianta chorar sobre o leite derramado", Vossa Excelência já votou o Projeto n° 635, deu o resultado, eu não ouvi, mas quero firmar essa posição contrária para que nós discutamos a questão na 2.^a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Matéria,

há sobre os dois projetos emenda do Deputado Rubens Bueno, que transforma o projeto em matéria autorizatória, serão apreciadas em 2.^a discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu queria com muita satisfação registrar nesse Plenário a presença de dois Parlamentares eleitos no último dia três de outubro, queria saudá-los e desejar que eles fossem bem-vindos e que participem da próxima Legislatura com energia positiva para fazer com que a população do Paraná se sinta honrada, que é o Deputado Ovídio Constantino da Cidade de Dois Vizinhos e o Deputado Paulo Maia da Cidade de Ivaiporã. São as nossas boas-vindas, bem como ao Deputado Luiz Carlos Martins aqui de Curitiba, são as nossas boas-vindas, do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença destes ilustres colegas que estão assistindo aos nossos debates e por certo darão toda a sua força à próxima Assembléia Legislativa do Paraná.

O Deputado Alborghetti requer dispensa para os projetos aprovados em 3.^a Discussão e sem emenda. Aprovado.

Deputado Hermas Brandão requer inclusão na próxima Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 02/91. Aprovado.

Deputado Eduardo Baggio requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 29/89.

Sobre a mesa, requerimento de n° 3013, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3018, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3015, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3017, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3014, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 573/90 e 587/90.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 641/90 e 01/91.2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 611/90, 635/90 e 636/90.1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 384/87 e do Projeto de Resolução n.º 02/91.

Levanta-se a sessão.

BALANÇO GERAL - 1.º A 30 DE NOVEMBRO DE 1990.		PAG.	DATA - 31.11.90
DE 1.º A 30 DE NOVEMBRO DE 1990.			
RECEITA	DESPESA		
ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTÁRIA		
Receita tributária	Legislativa.....	0,00	160.091.611,76
Receita de contribuições	Judiciária.....	0,00	0,00
Receita patrimonial	Administração e planejamento.....	0,00	0,00
Receita agro-pecuária	Agricultura.....	0,00	0,00
Receita industrial	Comunicações.....	0,00	0,00
Receita de serviços	Defesa nacional e seg. pública.....	0,00	0,00
Transferências correntes	Desenvolvimento regional	0,00	0,00
Outras receitas correntes	Educação e cultura.....	0,00	0,00
326.599.814,22	Energia e recursos minerais.....	0,00	0,00
	Habituação e urbanismo.....	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	Indústria, comércio e serviços.....	0,00	0,00
Operações de crédito	Relações exteriores.....	0,00	0,00
Alienação de bens móveis e imóveis.....	Saúde e saneamento.....	0,00	0,00
Transferências de capital.....	Trabalho.....	0,00	0,00
Outras receitas de capital	Assistência e previdência.....	0,00	0,00
0,00	Transporte.....	0,00	0,00
326.599.814,22			160.091.611,76
	EXTRAORÇAMENTÁRIA		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	Restos a pagar		
Débitos de tesouraria.....	Pagamentos.....	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens.....	Cancelamentos.....	0,00	0,00
Fundos especiais		0,00	0,00
Contas a regularizar.....	Débitos de tesouraria.....	0,00	0,00
Contas do realizável.....	Depósitos de diversas origens.....	8.047.235,04	8.047.235,04
Acordos e convênios.....	Fundos especiais	0,00	0,00
	Contas a regularizar.....	0,00	0,00
	Contas do realizável.....	228.217.271,03	228.217.271,03
	Acordos e convênios.....	0,00	0,00
Créditos de despesas a pagar	Débitos de despesas a pagar		
Fornecedores	Fornecedores	26.361.919,91	26.361.919,91
Despesas com pessoal.....	Despesas com pessoal.....	125.022.814,55	125.022.814,55
Outras despesas a pagar.....	Outras despesas a pagar.....	0,00	0,00
161.246.312,04			151.384.734,46
236.884.048,47			387.649.240,53
	SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE		
SALDOS DO MÊS ANTERIOR	Caixa.....	0,00	0,00
Caixa.....	Bancos.....	420.685.668,01	420.685.668,01
Bancos.....	Vinculado em contas correntes bancárias.....	0,00	0,00
Vinculado em contas correntes bancárias.....	Títulos a receber.....	0,00	0,00
Títulos a receber.....	Devedores diversos.....	0,00	0,00
Devedores diversos.....	Diversos responsáveis.....	0,00	0,00
Diversos responsáveis.....			420.685.668,01
	TOTAL		984.169.530,70
			436.428.678,41
			547.741.858,11

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral